

**ENTRE FRONTEIRAS,
ASSENTAMENTOS E
ESCOLAS DO CAMPO:
DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS DA
DOCÊNCIA EM SANTANA
DO LIVRAMENTO/RS**

**BETWEEN BORDERS, SETTLEMENTS AND FIELD SCHOOLS:
CONTEMPORARY CHALLENGES OF TEACHING IN SANTANA DO
LIVRAMENTO/RS**

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas • 27/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779903918](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779903918)

Liziany Müller¹

Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad¹

Ivanio Folmer²

Mateus Gonçalves Silva²

Maria Helena Rigão¹

Luciane de Andrades Lemos²

Marcelo Ramos Militz²

Tatiana Montagner Dalcin Bertoldo²

RESUMO

O presente artigo analisa o perfil formativo, a trajetória profissional, as condições pedagógicas e os desafios enfrentados pelos(as) educadores(as) das escolas do campo do município de Santana do Livramento/RS. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com abordagem quali-quantitativa, sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais – GIRASSOL, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em articulação com a Secretaria Municipal de Educação. O diagnóstico territorial foi construído a partir da aplicação de questionário estruturado aos(às) profissionais que atuam nas escolas públicas do campo, complementado por dados institucionais da rede municipal e informações do Censo Escolar da Educação Básica/INEP. O município de Santana do Livramento possui aproximadamente 6.946,407 km² de extensão territorial e reúne 18 escolas do campo, responsáveis pelo atendimento de cerca de 820 estudantes e contando com aproximadamente 130 educadores(as). Os resultados evidenciaram predominância de profissionais com graduação e especialização concluídas, além de forte presença feminina na docência rural. Também foram identificados desafios relacionados às longas distâncias percorridas diariamente, às condições de deslocamento, às classes multisseriadas, às limitações infraestruturais e à necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas às realidades do campo. As análises demonstram que as escolas rurais exercem papel estratégico na manutenção das territorialidades rurais, no fortalecimento das relações comunitárias e na garantia do direito à educação pública em territórios marcados pela dispersão geográfica das comunidades. Conclui-se que a Educação do Campo em Santana do Livramento constitui importante espaço de resistência territorial, valorização cultural e fortalecimento das populações rurais

fronteiriças.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação Docente; Territorialidade; Agroecologia; Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

This article analyzes the educational background, professional trajectory, pedagogical conditions, and challenges faced by educators working in rural schools in the municipality of Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brazil. The research is characterized as descriptive and exploratory, using a qualitative and quantitative approach, and was developed by the Research Group on Agroecology, Rural Education and Social Innovations – GIRASSOL, linked to the Federal University of Santa Maria (UFSM), in partnership with the Municipal Department of Education. The territorial diagnosis was based on a structured questionnaire applied to professionals working in public rural schools, complemented by institutional data from the municipal education system and information from the Basic Education School Census/INEP. Santana do Livramento has approximately 6,946.407 km² of territorial extension and includes 18 rural schools, responsible for serving around 820 students and employing approximately 130 educators. The results revealed a predominance of professionals holding undergraduate and graduate degrees, as well as a strong female presence in rural teaching. The study also identified challenges related to long daily commuting distances, transportation conditions, multigrade classrooms, infrastructural limitations, and the need for pedagogical practices contextualized to rural realities. The analyses demonstrate that rural schools play a strategic role in maintaining rural territorial identities, strengthening community relationships, and ensuring the right to public education in territories marked by geographically dispersed communities. The

study concludes that Rural Education in Santana do Livramento represents an important space of territorial resistance, cultural valorization, and strengthening of frontier rural populations.

Keywords: Rural Education; Territoriality; Teacher Education; Agroecology; Territorial Development.

1. INTRODUÇÃO

O município de Santana do Livramento, localizado na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, possui uma das maiores extensões territoriais do estado, abrangendo aproximadamente 6.946,407 km². A ampla dimensão territorial do município, associada à forte presença de comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária, pecuária extensiva e agricultura familiar, produz impactos diretos sobre as dinâmicas sociais e educacionais do território. Em um contexto marcado pela dispersão geográfica das comunidades e pelas longas distâncias entre localidades rurais, escolas e áreas urbanas, o acesso à educação pública torna-se um desafio historicamente presente na realidade das populações do campo.

Nesse cenário, as escolas do campo desempenham papel estratégico que ultrapassa a dimensão estritamente pedagógica, constituindo-se como importantes espaços de fortalecimento comunitário, construção de pertencimento territorial e manutenção das identidades socioculturais rurais. Em muitos territórios, essas instituições representam um dos poucos equipamentos públicos permanentes presentes nas comunidades, articulando relações sociais, circulação de saberes, memória coletiva e vínculos comunitários fundamentais para a permanência das populações em seus territórios.

A relevância dessas escolas torna-se ainda mais evidente diante do processo histórico de fechamento das escolas do campo observado nas últimas décadas no Brasil. Dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que, entre 2000 e 2024, mais de 110 mil escolas do campo foram fechadas no país, representando a perda de mais de 60% das instituições escolares situadas em territórios rurais nesse período. Esse processo encontra-se diretamente associado às políticas de nucleação escolar e reorganização administrativa das redes públicas de ensino, frequentemente resultando no aumento das distâncias percorridas diariamente por estudantes e educadores(as), no enfraquecimento das relações comunitárias e na fragilização da presença institucional da escola nos territórios rurais.

Levantamentos realizados junto às redes municipais da região indicam que Santana do Livramento também vivenciou processos de redução do número de escolas do campo ao longo das últimas décadas, realidade que evidencia as transformações estruturais ocorridas no espaço rural brasileiro. Atualmente, o município reúne 18 escolas do campo, que atendem aproximadamente 820 estudantes e contam com cerca de 130 educadores(as) atuando em comunidades rurais territorialmente dispersas. Apesar do número expressivo de instituições escolares, observa-se menor média de matrículas por unidade escolar, característica que sugere significativa dispersão geográfica das comunidades atendidas e forte presença de escolas de pequeno porte distribuídas em extensos territórios rurais.

Essa configuração territorial reforça a importância estratégica das escolas do campo em Santana do Livramento, uma vez que muitas dessas instituições desempenham funções que extrapolam a

escolarização formal, constituindo-se como espaços de sociabilidade, organização comunitária e fortalecimento das territorialidades rurais. Em municípios de grande extensão territorial, o fechamento ou fragilização dessas unidades escolares produz impactos diretos sobre o direito à educação, sobre as condições de permanência das populações rurais em seus territórios e sobre a continuidade das relações comunitárias historicamente construídas no campo.

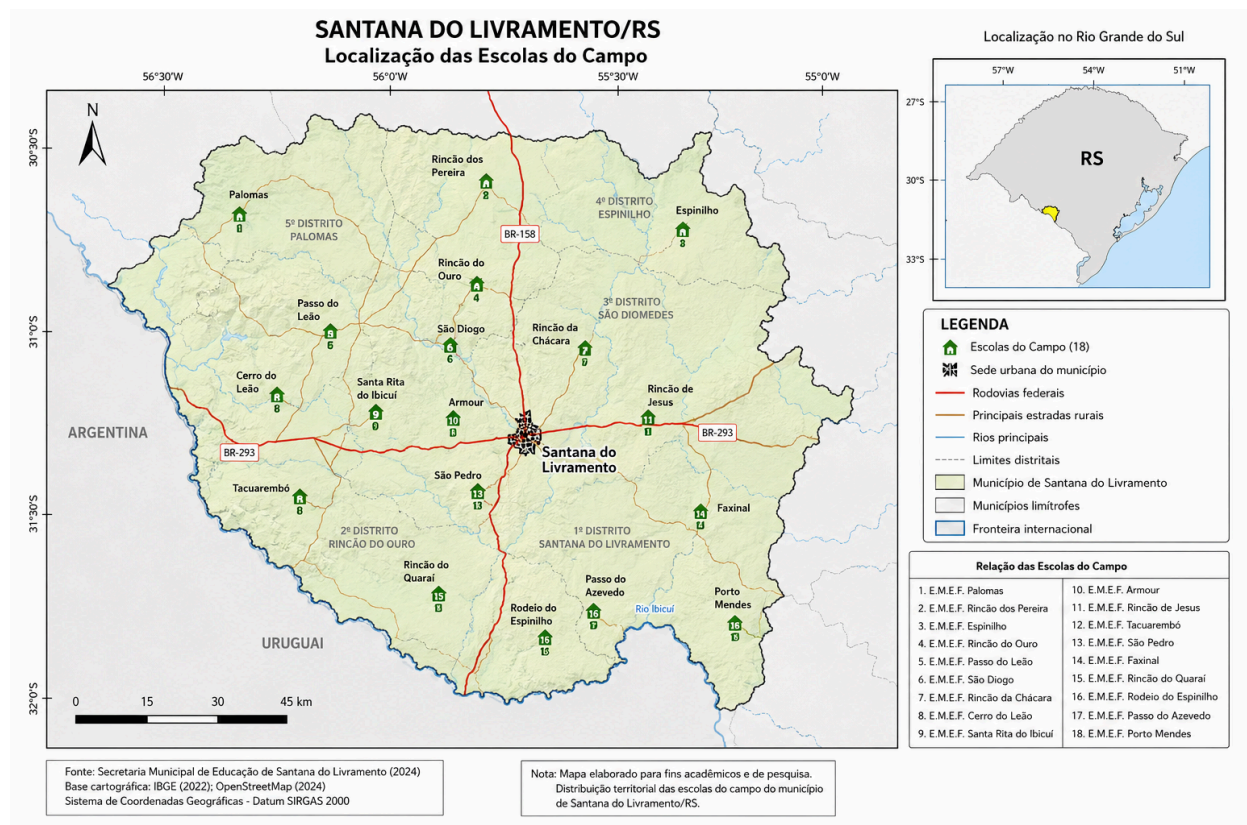
Além disso, a realidade educacional das escolas do campo de Santana do Livramento apresenta especificidades relacionadas à condição fronteira do município e à diversidade sociocultural presente em seu território rural. A coexistência de assentamentos da reforma agrária, comunidades vinculadas à pecuária, agricultores familiares e diferentes formas de organização social do campo produz dinâmicas territoriais complexas, exigindo práticas pedagógicas contextualizadas e processos formativos capazes de dialogar com as múltiplas realidades presentes no município.

Nesse contexto, a Educação do Campo emerge como importante campo político, epistemológico e pedagógico construído a partir das lutas históricas dos povos camponeses por uma educação pública contextualizada, democrática e socialmente referenciada. Mais do que garantir acesso à escolarização, a Educação do Campo busca reconhecer os sujeitos rurais como produtores de conhecimento, cultura e territorialidades próprias, fortalecendo práticas educativas comprometidas com os modos de vida, os saberes locais e as dinâmicas sociais das comunidades do campo.

Dessa forma, compreender a realidade das escolas do campo de Santana do Livramento implica analisar simultaneamente as

condições territoriais, os desafios da docência rural, os processos de formação docente e as transformações sociais que atravessam o espaço agrário contemporâneo. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o perfil formativo, a trajetória profissional, as condições pedagógicas e os desafios contemporâneos enfrentados pelos(as) educadores(as) das escolas do campo do município de Santana do Livramento/RS, considerando as especificidades territoriais, sociais e educacionais que caracterizam a realidade rural fronteiriça do município.

Imagem 1: Mapa de localização de Santana do Livramento



Fonte: IBGE (2026). Adaptado pelos autores. ChatGpt

A dinâmica territorial de Santana do Livramento, localizada na fronteira entre Brasil e Uruguai, constitui um espaço singular de interculturalidade, circulação de práticas sociais e formação de identidades híbridas. A cidade não pode ser compreendida apenas como um limite geopolítico, mas como um território vivo de trocas

culturais, econômicas e educacionais. Nesse sentido, a noção de território ultrapassa sua dimensão física e se aproxima das concepções de espaço vivido e produzido socialmente, conforme Santos (2006), que entende o território como resultado das relações entre sociedade, poder e técnica.

Nesse contexto, a Educação do Campo ganha centralidade ao considerar as especificidades das populações rurais da região, especialmente assentados, pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Essa perspectiva propõe uma ruptura com modelos urbanocêntricos de ensino, valorizando os saberes locais e as práticas socioculturais do campo (Caldart, 2004).

A realidade educacional de Santana do Livramento evidencia que as desigualdades socioespaciais ainda estruturam o acesso e a permanência na escola. Questões como transporte, infraestrutura e formação docente impactam diretamente as escolas do campo, exigindo políticas públicas sensíveis às territorialidades específicas. Nesse sentido, Folmer (2026) afirma que a compreensão do território fronteiriço exige uma leitura integrada entre educação, trabalho e pertencimento social, pois o espaço vivido influencia diretamente os processos formativos.

Os movimentos socioterritoriais têm papel fundamental na reorganização do espaço agrário e na luta por direitos no campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra destaca-se como agente central na construção de projetos educativos alternativos, articulando formação política, técnica e humana nos territórios de reforma agrária (Fernandes, 2005).

Em Santana do Livramento, a presença de assentamentos rurais fortalece a relação entre educação e território, permitindo a construção de práticas pedagógicas contextualizadas. As escolas inseridas nesses espaços tornam-se locais de resistência e produção de conhecimento, onde a realidade dos estudantes é incorporada ao currículo. Segundo Arroyo (2011), a educação do campo deve partir das contradições vividas pelos sujeitos, reconhecendo-os como produtores de saberes.

A condição fronteiriça do município também amplia as possibilidades educativas, pois a convivência com o Uruguai promove trocas culturais, linguísticas e sociais. Essa circulação cotidiana cria um ambiente educativo ampliado, no qual a aprendizagem ocorre para além dos muros escolares. Folmer (2026) destaca que a fronteira não deve ser compreendida apenas como linha divisória, mas como zona de produção de conhecimento e integração de saberes diversos.

Os movimentos socioterritoriais contribuem diretamente para a construção de uma consciência crítica sobre o território, articulando a luta pela terra à luta por educação. Essa articulação reforça a ideia de que a escola não é neutra, mas parte de disputas por projetos de sociedade. Assim, o território passa a ser compreendido como espaço político-pedagógico, onde se produzem identidades, resistências e projetos coletivos de futuro.

A análise de Santana do Livramento evidencia, portanto, que educação, território e movimentos sociais são dimensões inseparáveis. A Educação do Campo, articulada às práticas dos movimentos socioterritoriais, especialmente o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra, contribui para uma formação contra-hegemônica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo constitui-se como um campo político, epistemológico e pedagógico construído historicamente a partir das lutas sociais dos povos do campo em defesa do direito à terra, à educação e à permanência digna nos territórios rurais. Diferentemente da antiga concepção de educação rural, marcada por perspectivas assistencialistas e urbanocêntricas, a Educação do Campo emerge como crítica aos processos históricos de invisibilização das populações camponesas nas políticas públicas educacionais brasileiras. Conforme destaca Caldart (2012), a Educação do Campo nasce articulada às lutas sociais e aos processos de resistência dos sujeitos do campo, reconhecendo-os como protagonistas históricos e produtores de conhecimentos, culturas e territorialidades próprias.

Nesse contexto, a escola do campo ultrapassa a dimensão estritamente pedagógica, assumindo papel estratégico na organização social e territorial das comunidades rurais. Arroyo (2012) afirma que a Educação do Campo “recoloca o direito à educação no lugar onde os sujeitos vivem”, reconhecendo o território como dimensão constitutiva dos processos educativos. Tal compreensão torna-se particularmente relevante em municípios territorialmente extensos como Santana do Livramento, localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e possuindo aproximadamente 6.946,407 km² de extensão territorial. A ampla dimensão geográfica do município, associada à dispersão das comunidades rurais, produz

desafios históricos relacionados ao acesso à educação pública, às condições de deslocamento e à manutenção das escolas do campo.

Atualmente, Santana do Livramento reúne 18 escolas do campo, responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 820 estudantes e contando com cerca de 130 educadores(as). Entretanto, apesar do número expressivo de instituições escolares, observa-se menor média de matrículas por unidade escolar, característica que evidencia significativa dispersão territorial das comunidades atendidas e forte presença de escolas pequenas distribuídas em extensas áreas rurais. Essa realidade reforça a importância estratégica das escolas do campo enquanto espaços de fortalecimento comunitário, pertencimento territorial e garantia do direito à educação das populações rurais.

As discussões sobre território assumem centralidade nesse debate. Santos (2008) compreende o território como espaço produzido pelas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, marcado por disputas de poder e diferentes projetos de sociedade. Nessa perspectiva, as escolas do campo não representam apenas unidades administrativas do sistema educacional, mas instituições profundamente articuladas às dinâmicas sociais e culturais das comunidades rurais. Conforme afirmam Souza et al. (2026), “a escola do campo não pode ser reduzida a uma unidade administrativa passível de fechamento com base em cálculos de custo-benefício”, uma vez que sua presença no território envolve dimensões sociais, culturais, simbólicas e comunitárias que extrapolam indicadores quantitativos de matrícula.

A relevância dessa discussão torna-se ainda mais evidente diante do processo histórico de fechamento das escolas do campo observado

nas últimas décadas no Brasil. Estudos recentes demonstram que o país perdeu mais de 100 mil escolas do campo entre os anos 2000 e 2020, enquanto o Rio Grande do Sul apresentou redução superior a 60% no número de instituições escolares do campo nesse período. Conforme argumentam Souza et al. (2026), “o fechamento das escolas do campo constitui um fenômeno estrutural, que expressa disputas políticas e territoriais”, não podendo ser interpretado apenas como consequência natural da redução populacional rural.

Nesse sentido, o fechamento das escolas do campo encontra-se diretamente relacionado às políticas de nucleação escolar e reorganização administrativa das redes públicas de ensino. Tais políticas frequentemente promovem a centralização dos estudantes em escolas maiores, situadas em áreas urbanas ou periurbanas, desconsiderando as especificidades territoriais das populações rurais. Conforme destacam Souza et al. (2026), “a política de nucleação escolar altera profundamente a lógica de organização da educação no campo”, ampliando distâncias percorridas diariamente por estudantes e educadores(as) e fragilizando os vínculos comunitários historicamente construídos em torno das escolas do campo.

Essa realidade torna-se ainda mais sensível em municípios extensos como Santana do Livramento, onde as grandes distâncias entre comunidades rurais e centros urbanos intensificam os desafios relacionados ao acesso à educação pública. Conforme afirmam Souza et al. (2026), “o fechamento das escolas do campo não pode ser compreendido apenas como consequência de mudanças demográficas, mas deve ser analisado como parte de um projeto mais amplo de reconfiguração dos espaços rurais e das políticas educacionais”. Tal discussão revela que os processos de fechamento

escolar estão profundamente articulados às transformações econômicas, territoriais e produtivas ocorridas no espaço agrário brasileiro nas últimas décadas.

Além disso, o desaparecimento das escolas do campo produz impactos que extrapolam a dimensão educacional. Conforme destacam Souza et al. (2026), “a retirada da escola do território não apenas acompanha esse processo, mas o aprofunda, ao fragilizar as condições de permanência das populações rurais”. Em municípios rurais e fronteiriços como Santana do Livramento, as escolas frequentemente representam um dos poucos equipamentos públicos permanentes presentes nas comunidades, assumindo funções relacionadas à organização social, fortalecimento comunitário, circulação de saberes e manutenção das territorialidades rurais.

Do ponto de vista pedagógico, Freire (1996) contribuiu significativamente para compreender a Educação do Campo ao defender práticas educativas fundamentadas na realidade concreta dos sujeitos. Para o autor, ensinar exige diálogo, reconhecimento dos saberes populares e construção coletiva do conhecimento a partir das experiências vividas pelos sujeitos em seus territórios. Tal perspectiva apresenta forte convergência com os fundamentos da Educação do Campo ao reconhecer os povos rurais como produtores legítimos de conhecimento e protagonistas dos processos educativos.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre Educação do Campo, Agroecologia e sustentabilidade territorial. Gliessman (2015) argumenta que a Agroecologia constitui paradigma científico e político comprometido com sustentabilidade ambiental, soberania

alimentar e valorização dos conhecimentos tradicionais. Em municípios como Santana do Livramento, marcados pela presença da agricultura familiar, assentamentos rurais e diferentes formas de produção agrícola, tais discussões tornam-se fundamentais para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas às realidades socioterritoriais do campo.

Assim, compreender a realidade das escolas do campo de Santana do Livramento exige reconhecer que educação, território, políticas públicas e permanência das populações rurais constituem dimensões profundamente articuladas. Em um município marcado pela ampla extensão territorial, pela dispersão geográfica das comunidades e pela presença significativa de pequenas escolas do campo, a Educação do Campo assume papel estratégico não apenas na garantia do direito à educação pública, mas também na valorização das territorialidades rurais, das relações comunitárias e da permanência digna das populações do campo em seus territórios.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, exploratória e de abordagem quali-quantitativa, fundamentada na articulação entre análise territorial, diagnóstico educacional e levantamento de demandas formativas relacionadas à Educação do Campo. O estudo foi desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais – GIRASSOL, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em articulação com as Secretarias Municipais de Educação de Santana do Livramento, Canguçu e Encruzilhada do Sul/RS.

O presente diagnóstico territorial foi construído a partir de três frentes complementares de produção e sistematização de dados, articuladas entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e as Secretarias Municipais de Educação dos municípios envolvidos. A primeira frente correspondeu à pesquisa de demanda e interesse formativo, realizada entre os dias 27 de fevereiro e 09 de março de 2026, por meio da aplicação de formulário estruturado direcionado aos(as) profissionais que atuam nas escolas públicas do campo, das águas e das florestas dos três municípios participantes da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados foi disponibilizado digitalmente e continha questões fechadas e abertas relacionadas ao perfil pessoal e profissional dos(as) participantes, formação inicial e continuada, área de atuação, vínculo profissional, carga horária, tempo de docência, organização curricular, condições de infraestrutura escolar, deslocamento até as escolas, desafios pedagógicos, interesse em processos de formação continuada e percepções sobre as especificidades da Educação do Campo. O formulário também contemplou questões relacionadas às práticas interdisciplinares, às turmas multisseriadas, às dificuldades de aprendizagem identificadas pelos(as) docentes e às demandas formativas consideradas prioritárias pelos(as) participantes.

A segunda frente metodológica envolveu a sistematização de informações institucionais compartilhadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Educação, incluindo quantitativos de escolas do campo, número de estudantes e educadores(as), distribuição territorial das unidades escolares, organização das redes municipais e características estruturais das escolas localizadas nas áreas rurais. Esses dados permitiram compreender as especificidades territoriais dos municípios investigados,

especialmente no que se refere às grandes extensões territoriais, à dispersão geográfica das comunidades rurais e à presença de escolas de pequeno porte distribuídas em diferentes localidades do campo.

A terceira frente consistiu na análise das bases estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica, produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A utilização dessas bases possibilitou consolidar a leitura quantitativa do território educacional abrangido pela pesquisa, permitindo a articulação entre dados institucionais, informações territoriais e indicadores educacionais relacionados às escolas do campo dos municípios analisados.

No caso específico de Santana do Livramento, o universo investigado compreendeu 18 escolas do campo, responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 820 estudantes e contando com cerca de 130 educadores(as). A configuração territorial do município, marcada pela ampla extensão rural e pela significativa dispersão das comunidades atendidas, constituiu elemento central para a interpretação dos resultados obtidos, especialmente em relação às condições de deslocamento, à organização das escolas e aos desafios pedagógicos enfrentados pelos(as) profissionais da educação.

Os dados quantitativos foram organizados e sistematizados por meio de estatística descritiva simples, utilizando frequências relativas e percentuais para análise das respostas obtidas no formulário. Já as respostas discursivas foram analisadas qualitativamente, buscando identificar recorrências temáticas, desafios estruturais, demandas formativas e percepções

relacionadas à Educação do Campo, às territorialidades rurais e às condições de trabalho docente nos municípios investigados.

A interpretação dos resultados foi realizada à luz dos referenciais teóricos da Educação do Campo, da formação docente, da agroecologia, da educação contextualizada e do desenvolvimento territorial sustentável, compreendendo que os processos educativos desenvolvidos nas escolas do campo encontram-se profundamente articulados às dinâmicas territoriais, sociais, culturais e econômicas presentes no espaço rural.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação de 53 educadores(as) vinculados(as) às escolas do campo do município de Santana do Livramento/RS, constituindo importante diagnóstico sobre as condições territoriais, pedagógicas e formativas presentes na rede municipal rural. O universo investigado compreende 18 escolas do campo, responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 820 estudantes e contando com cerca de 130 educadores(as), distribuídos em um território rural marcado por grandes distâncias geográficas e significativa dispersão das comunidades atendidas.

Tabela 1: Perfil dos(as) Educadores(as) das Escolas do Campo de Santana do Livramento/RS

Variável	Categoria	Percentual (%)
Gênero	Feminino	83,0%
	Masculino	17,0%

Vínculo Profissional	Concurso público	90,6%
	Contrato temporário	7,5%
	Concurso + contrato	1,9%
Área de Atuação	Exclusivamente escolas do campo	58,5%
	Campo e urbano	41,5%
Formação Acadêmica	Graduação concluída	94,3%
Pós-graduação	Especialização concluída	69,8%
	Especialização em andamento	9,4%
Faixa Etária	Média de idade	~ 43 anos

Fonte: Autores, 2026

Os resultados evidenciaram predominância expressiva de mulheres entre os(as) participantes, representando aproximadamente 83,0% da amostra, enquanto os homens corresponderam a cerca de 17,0%. Tal dado reafirma a histórica feminização da docência brasileira, especialmente na Educação Básica e nas escolas do campo, contexto em que as mulheres assumem centralidade nos processos educativos e nas relações comunitárias estabelecidas nos territórios rurais. A média etária dos(as) participantes situou-se em torno de 43 anos, indicando grupo docente relativamente experiente e com trajetória consolidada na educação pública municipal.

Em relação ao vínculo profissional, aproximadamente 90,6% dos(as) educadores(as) participantes possuem vínculo efetivo por concurso público, enquanto cerca de 7,5% atuam por contrato temporário e 1,9% relataram possuir simultaneamente vínculo concursado e

contratado. Os dados demonstram relativa estabilidade do quadro docente municipal e indicam importante presença de profissionais com trajetória contínua na rede pública de ensino rural do município.

Quanto à atuação profissional, aproximadamente 58,5% dos(as) respondentes atuam exclusivamente em escolas do campo, enquanto 41,5% dividem sua atuação entre escolas do campo e urbanas. Esse dado evidencia que parte significativa dos(as) educadores(as) vivencia simultaneamente diferentes realidades educacionais, exigindo constantes adaptações metodológicas, curriculares e organizacionais entre contextos territoriais distintos.

Os resultados também demonstraram significativa circulação docente entre unidades escolares. Parte importante dos(as) participantes relatou atuar em mais de uma escola, realidade que amplia os desafios relacionados ao planejamento pedagógico, à organização curricular e ao deslocamento cotidiano entre comunidades rurais territorialmente dispersas.

As jornadas de trabalho apresentaram predominância de cargas horárias entre 20 e 40 horas semanais, revelando diversidade na organização do trabalho docente nas escolas do campo do município. Observou-se ainda presença de profissionais vinculados a diferentes segmentos da Educação Básica, incluindo Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, evidenciando ampla diversidade de áreas e experiências pedagógicas presentes na rede municipal rural.

Do ponto de vista territorial, os resultados revelam que as distâncias percorridas diariamente pelos(as) educadores(as) constituem um

dos principais desafios da docência rural em Santana do Livramento. Diversos participantes relataram percursos longos até as escolas do campo, envolvendo deslocamentos superiores a dezenas de quilômetros por dia, especialmente devido à ampla extensão territorial do município e à dispersão das comunidades atendidas. O transporte escolar apareceu como principal meio de deslocamento utilizado pelos(as) profissionais, seguido por veículos próprios e caronas compartilhadas.

As condições das estradas rurais também foram apontadas como fator de forte impacto sobre o funcionamento das escolas do campo. Grande parte dos(as) participantes classificou os acessos às escolas como regulares ou precários, especialmente em períodos de chuva intensa, estiagem ou condições climáticas adversas. Os resultados demonstram que eventos climáticos comprometem significativamente o acesso às escolas do campo, afetando tanto estudantes quanto educadores(as). Tal realidade evidencia como as condições territoriais e infraestruturais influenciam diretamente os processos educativos desenvolvidos no campo.

Esses resultados dialogam diretamente com as discussões de Souza et al. (2026), ao afirmarem que “o fechamento das escolas do campo não pode ser compreendido apenas como consequência de mudanças demográficas, mas deve ser analisado como parte de um projeto mais amplo de reconfiguração dos espaços rurais e das políticas educacionais” . Em municípios territorialmente extensos como Santana do Livramento, as grandes distâncias e a dispersão das comunidades tornam as escolas do campo ainda mais estratégicas para a garantia do direito à educação pública.

No que se refere à formação acadêmica, os resultados evidenciaram elevado percentual de profissionais com graduação concluída, representando aproximadamente 94,3% dos(as) participantes. Apenas pequena parcela relatou possuir graduação em andamento ou não possuir formação superior completa. As áreas de formação apresentaram significativa diversidade, incluindo Pedagogia, Letras, Matemática, História, Geografia, Ciências Biológicas, Educação Física, Artes e demais licenciaturas vinculadas à Educação Básica.

Em relação à pós-graduação, aproximadamente 69,8% dos(as) participantes possuem especialização concluída, enquanto cerca de 9,4% encontram-se cursando especialização. Também foram identificados profissionais com mestrado concluído ou em andamento. Os dados demonstram importante avanço no acesso à formação continuada formal entre os(as) educadores(as) das escolas do campo do município.

Entretanto, apesar da elevada escolarização, os resultados revelaram importantes lacunas relacionadas à formação específica em Educação do Campo. Parte significativa dos(as) participantes relatou não ter cursado disciplinas voltadas às especificidades da Educação do Campo durante sua formação inicial ou pós-graduação, evidenciando permanência de referenciais formativos predominantemente urbanos e generalistas. Tal realidade reforça as discussões de Molina e Sá (2012), ao apontarem que os processos de formação docente brasileiros ainda apresentam dificuldades em incorporar as especificidades socioterritoriais das populações rurais.

Os resultados também demonstraram baixa participação em cursos específicos relacionados à Educação do Campo, agroecologia, práticas pedagógicas territorializadas e interdisciplinaridade nos

últimos anos. Apesar disso, observou-se elevado interesse dos(as) educadores(as) por processos formativos vinculados às realidades do campo, especialmente em temas relacionados às classes multisseriadas, currículo interdisciplinar, alfabetização, inclusão, sustentabilidade, práticas contextualizadas e metodologias voltadas às escolas do campo.

As principais dificuldades pedagógicas apontadas pelos(as) participantes envolveram desafios relacionados à alfabetização e ao letramento, dificuldades de aprendizagem, desmotivação discente, defasagem idade-série, ausência de materiais didáticos contextualizados e limitações relacionadas ao ensino interdisciplinar. Também apareceram com frequência dificuldades relacionadas ao trabalho com turmas multisseriadas e à construção de práticas pedagógicas adequadas às diferentes faixas etárias presentes nas escolas do campo.

Tabela 2: Principais dificuldades relatadas pelos(as) educadores(as)

Categoria	Principais Dificuldades Identificadas
Infraestrutura	Estradas precárias; internet limitada; ausência de laboratórios.
Territorialidade	Longas distâncias; dispersão geográfica das comunidades.
Organização Escolar	Classes multisseriadas; múltiplas funções docentes.
Aprendizagem	Alfabetização; defasagem idade-série; dificuldades de aprendizagem.
Formação Docente	Pouca formação específica em Educação do Campo.

Materiais Pedagógicos	Escassez de materiais contextualizados.
Permanência Escolar	Redução de turmas; fechamento de escolas.
Transporte	Dependência do transporte escolar e dificuldades climáticas.

Fonte: Autores, 2026

Tais resultados dialogam diretamente com Freire (1996), ao defender que os processos educativos precisam considerar a realidade concreta dos sujeitos e seus territórios. Para o autor, ensinar exige compreender os contextos sociais, culturais e históricos vividos pelos(as) estudantes, valorizando seus saberes e experiências. No contexto das escolas do campo, essa discussão torna-se ainda mais relevante devido à diversidade socioterritorial presente nas comunidades rurais.

Do ponto de vista estrutural, os(as) participantes destacaram dificuldades relacionadas à infraestrutura tecnológica, acesso à internet, ausência de laboratórios, limitações de transporte e condições das estradas rurais. Também apareceram preocupações relacionadas à redução de turmas, ao fechamento de escolas e às dificuldades de permanência dos(as) estudantes nas comunidades rurais.

Esses resultados reforçam as análises de Souza et al. (2026), ao afirmarem que “a retirada da escola do território não apenas acompanha esse processo, mas o aprofunda, ao fragilizar as condições de permanência das populações rurais”. Em Santana do Livramento, onde predominam pequenas escolas distribuídas em

extensas áreas rurais, tais desafios tornam-se ainda mais sensíveis, uma vez que as escolas frequentemente representam um dos principais espaços de organização comunitária presentes nas localidades rurais.

Outro aspecto relevante refere-se às percepções dos(as) educadores(as) sobre a importância das escolas do campo para as comunidades rurais. As respostas evidenciaram forte reconhecimento da escola enquanto espaço de pertencimento territorial, fortalecimento comunitário, valorização cultural e garantia de acesso à educação pública. Os(as) participantes também destacaram a importância de práticas pedagógicas contextualizadas às realidades rurais, valorizando os saberes comunitários, a agricultura familiar, as territorialidades locais e as experiências de vida construídas pelas populações do campo.

Assim, os resultados demonstram que as escolas do campo de Santana do Livramento desempenham papel estratégico não apenas na escolarização formal, mas também na manutenção das territorialidades rurais, das relações comunitárias e da permanência das populações em seus territórios. Em um município marcado pela ampla extensão territorial, pela dispersão geográfica das comunidades e pela significativa presença de pequenas escolas do campo, a Educação do Campo revela-se profundamente articulada às dinâmicas sociais, culturais e territoriais do espaço rural fronteiriço.

4.1. Reflexões Críticas dos Resultados e Contribuições para a Educação do Campo

Os resultados obtidos em Santana do Livramento revelam uma realidade que ultrapassa os desafios tradicionalmente associados às escolas do campo no Brasil, evidenciando especificidades territoriais, fronteiriças e institucionais que tensionam os modelos convencionais de organização da educação pública rural. Embora problemas como distâncias geográficas, infraestrutura precária, classes multisseriadas e limitações no acesso à formação continuada estejam presentes em diferentes regiões do país, o caso investigado demonstra que, em municípios de grande extensão territorial e baixa densidade populacional rural, tais desafios assumem intensidade significativamente ampliada.

Quando comparada a outras realidades do Rio Grande do Sul, especialmente municípios da região metropolitana ou de territórios rurais menos extensos, Santana do Livramento apresenta configuração singular. Enquanto diversos municípios gaúchos concentram progressivamente suas escolas em áreas urbanas ou periurbanas por meio de processos de nucleação escolar, o território santanense ainda mantém número expressivo de pequenas escolas distribuídas em comunidades rurais dispersas. Essa característica evidencia que, apesar das pressões históricas pelo fechamento das escolas do campo, determinadas realidades territoriais impõem limites concretos à centralização educacional, uma vez que o deslocamento cotidiano de estudantes e educadores(as) torna-se inviável diante das longas distâncias e das condições das estradas rurais.

Nesse sentido, o caso de Santana do Livramento permite compreender que a permanência das escolas do campo não se relaciona apenas à garantia formal do direito à educação, mas também à própria sustentabilidade territorial das comunidades

rurais. Em municípios territorialmente extensos, a retirada da escola frequentemente representa também o enfraquecimento das relações comunitárias, da circulação de saberes locais e das condições de permanência das populações no campo. A escola rural, nesse contexto, assume função social ampliada, constituindo-se como espaço de organização territorial, fortalecimento identitário e manutenção das dinâmicas comunitárias rurais.

Outro aspecto relevante refere-se ao perfil docente identificado na pesquisa. Embora os resultados demonstrem elevado percentual de profissionais com formação superior e especialização concluídas, persistem lacunas significativas relacionadas à formação específica em Educação do Campo. Essa contradição evidencia um fenômeno recorrente no cenário brasileiro: a ampliação quantitativa da escolarização docente não necessariamente produz processos formativos capazes de dialogar com as especificidades socioterritoriais do campo. Assim, o estudo revela que a qualificação formal dos(as) educadores(as), embora fundamental, mostra-se insuficiente quando desvinculada das realidades territoriais, culturais e produtivas vivenciadas pelas populações rurais.

Ao mesmo tempo, os dados indicam forte interesse dos(as) participantes por formações voltadas às práticas contextualizadas, às turmas multisseriadas, à interdisciplinaridade e às territorialidades rurais. Tal realidade demonstra que os(as) educadores(as) reconhecem os limites dos modelos pedagógicos urbanocêntricos historicamente predominantes na formação docente brasileira. O caso investigado evidencia, portanto, que a Educação do Campo permanece demandando políticas públicas específicas de formação continuada capazes de considerar as particularidades territoriais das

escolas rurais, especialmente em contextos fronteiriços e de grande dispersão geográfica.

Além disso, a realidade de Santana do Livramento contribui para ampliar o debate nacional sobre os impactos territoriais do fechamento das escolas do campo. Enquanto grande parte das análises brasileiras concentra-se nos efeitos quantitativos da redução do número de escolas rurais, os resultados desta pesquisa demonstram que, em territórios extensos e fronteiriços, o fechamento escolar produz consequências ainda mais profundas, afetando diretamente a mobilidade cotidiana, os vínculos comunitários, a permanência das famílias no campo e a própria organização territorial das comunidades rurais.

Dessa forma, o estudo contribui para o campo da Educação do Campo ao evidenciar que os desafios da docência rural não podem ser compreendidos exclusivamente sob perspectiva pedagógica ou administrativa. As condições de trabalho docente, os processos educativos e a permanência das escolas encontram-se profundamente articulados às dinâmicas territoriais, às políticas agrárias, às transformações do espaço rural e às desigualdades históricas de acesso às políticas públicas nos territórios do campo.

A pesquisa demonstra que a Educação do Campo em Santana do Livramento constitui importante experiência de resistência territorial frente aos processos históricos de centralização educacional e esvaziamento das comunidades rurais. Em um território marcado pela fronteira, pela ampla extensão geográfica e pela diversidade sociocultural do campo gaúcho, as escolas rurais permanecem exercendo papel estratégico na garantia do direito à educação pública, na valorização das identidades territoriais e na manutenção

das relações sociais construídas historicamente pelas populações do campo.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender o perfil formativo, a trajetória profissional, as condições pedagógicas e os principais desafios enfrentados pelos(as) educadores(as) das escolas do campo do município de Santana do Livramento/RS. Os resultados evidenciaram a existência de um corpo docente experiente, majoritariamente feminino, com elevado percentual de formação superior e especialização, mas que ainda enfrenta importantes desafios relacionados às especificidades da docência no campo, especialmente no que se refere às longas distâncias territoriais, às condições de deslocamento, às turmas multisseriadas, às limitações infraestruturais e à necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas às realidades rurais.

A pesquisa também demonstrou que as escolas do campo de Santana do Livramento exercem papel que ultrapassa a dimensão estritamente escolar, constituindo-se como importantes espaços de fortalecimento comunitário, pertencimento territorial e garantia do direito à educação pública nas comunidades rurais. Em um município marcado pela ampla extensão territorial e pela dispersão geográfica das populações do campo, as escolas do campo assumem relevância estratégica para a manutenção das territorialidades, das relações sociais e das identidades culturais presentes no território fronteiriço.

Os resultados evidenciam ainda que os(as) educadores(as) reconhecem a importância da construção de práticas pedagógicas

vinculadas às realidades do campo, valorizando os saberes comunitários, a agricultura familiar, a sustentabilidade e as experiências territoriais das populações rurais. Tal realidade reafirma a centralidade da Educação do Campo enquanto projeto educativo comprometido com justiça social, valorização cultural e permanência digna das populações em seus territórios.

Nesse contexto, Santana do Livramento revela-se como território de profunda relevância para a Educação do Campo no Rio Grande do Sul. Mesmo diante dos desafios estruturais e territoriais historicamente presentes no espaço rural brasileiro, o município mantém uma rede significativa de escolas do campo distribuídas em extensas áreas rurais, evidenciando o compromisso das comunidades, dos(as) educadores(as) e da rede municipal com a garantia do direito à educação pública no campo. As escolas do campo de Santana do Livramento permanecem como espaços vivos de resistência, construção coletiva do conhecimento, fortalecimento territorial e valorização das múltiplas identidades que constituem o campo fronteiriço gaúcho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Escola: terra de direito. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (org.). Escola de direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Cadernos Cedes, Campinas, v. 32, n. 86, p. 359-372, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (org.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico. Brasília: INEP, 2024.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna. A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e desenvolvimento sustentável. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Licenciatura em Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 466-472.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SOUZA, Marcus Dhilermando Hora de et al. Quando a escola desaparece do território: políticas educacionais e fechamento das

escolas do campo no Rio Grande do Sul, Brasil. Revista Tópicos, [S.l.], 2026. DOI: 10.70773/revistatopicos/778209427.

WEISHEIMER, Nilson. Juventudes rurais: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

¹ Professoras Doutoras da Universidade Federal de Santa Maria –RS.

E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Girassol – CCR/UFSM. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)